IDENTIDADE COOPERATIVA: UMA PROPOSIÇÃO DE INDICADORES

Suleima Rodrigues dos Santos (UFG) - suleimarodrigues@discente.ufg.br

Juliano Lima Soares (UFG) - julianoltda@hotmail.com

Josiane Ceron (UFG) - josiceron@hotmail.com

Resumo:

Os princípios cooperativistas possuem grande relevância e desempenham condutas fundamentais para a manutenção da Identidade Cooperativa, desde a sua definição nos primórdios do movimento cooperativista, com a fundação da primeira cooperativa reconhecida formalmente como Rochdale, até o presente momento. Despertando desta forma, um interesse genuíno nas cooperativas sobre o zelo e a preocupação em manter os princípios vivos, os quais transformam o ato cooperativista algo tão diferente das organizações mercantis. Reforçando, diante disto os propósitos e compromissos fortes com o cooperado e a sociedade. Diante do exposto, este trabalho pretendeu revisar o instrumento de avaliação da identidade cooperativa denominado "Diagnóstico de Identidade Cooperativa 2.0", utilizado pelo Sistema OCB, propondo um novo instrumento, mais enxuto e simplista para a aplicabilidade, sendo capaz de evidenciar a Identidade Cooperativa, através da adaptação e inclusão de novas variáveis, encontrando através de uma escala pontuada o indicador do grau de Identidade Cooperativa, contribuindo para que a cooperativa não se distancie do propósito e das características próprias do cooperativismo.

Palavras-chave: *Identidade Cooperativa; Cooperativa; Cooperativismo.*

Área temática: *Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor*

IDENTIDADE COOPERATIVA: UMA PROPOSIÇÃO DE INDICADORES

Resumo
Os princípios cooperativistas possuem grande relevância e desempenham condutas fundamentais para a manutenção da Identidade Cooperativa, desde a sua definição nos primórdios do movimento cooperativista, com a fundação da primeira cooperativa reconhecida formalmente como Rochdale, até o presente momento. Despertando desta forma, um interesse genuíno nas cooperativas sobre o zelo e a preocupação em manter os princípios vivos, os quais transformam o ato cooperativista algo tão diferente das organizações mercantis. Reforçando, diante disto os propósitos e compromissos fortes com o cooperado e a sociedade. Diante do exposto, este trabalho pretendeu revisar o instrumento de avaliação da identidade cooperativa denominado "Diagnóstico de Identidade Cooperativa 2.0", utilizado pelo Sistema OCB, propondo um novo instrumento, mais enxuto e simplista para a aplicabilidade, sendo capaz de evidenciar a Identidade Cooperativa, através da adaptação e inclusão de novas variáveis, encontrando através de uma escala pontuada o indicador do grau de Identidade Cooperativa, contribuindo para que a cooperativa não se distancie do propósito e das características próprias do cooperativismo.

Palavras Chaves: Identidade Cooperativa; Cooperativa; Cooperativismo.

Área temática: Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor

1 INTRODUÇÃO

Em consonância a Lei 5.764/1971, as cooperativas se discernem das organizações tradicionais, substancialmente por possuírem características próprias como a adesão voluntária, singularidade do voto, neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social, entre outas. São instituídas especialmente para prestar serviços a seus associados por meio de atividade econômica e sem objetivo de lucro, possuindo forma e natureza jurídica própria e não estando sujeitas à falência (artigos 3 e 4 da Lei 5.764/1971).

Para Malanski (2021), as cooperativas são sociedades de pessoas com objetivos econômicos e sociais em comum, em sua grande maioria, são constituídas para prestarem serviços a seus cooperados, seja com serviços técnicos, aquisição de insumos, venda coletiva da produção, vislumbrando a possibilidade de potencializar os resultados ao negociar em volumes maiores.

Lazzarini, Bialoskorski e Chaddad (1999) ressaltam, que as sociedades cooperativas possuem características particulares, excedendo assim, o simples objetivo pelo lucro. O bem-estar social e econômico de seus membros são fatores fundamentais para as decisões da gestão das cooperativas, visto que, os direitos de controle são igualitários entre seus membros.

Os princípios que norteiam a atuação das cooperativas são: 1. Adesão voluntária e livre – acessível à todas as pessoas que desejem participar e estejam alinhadas ao seu objetivo econômico; 2. Gestão democrática – controlada por seus membros que participam ativamente nas definições de diretrizes e tomadas de decisão; 3. Participação econômica dos membros – os membros participam de forma equitativa para o capital da cooperativa; 4. Autonomia e independência – são organizações autônomas, controladas por seus membros; 5. Educação, formação e informação – promovem a educação e formação de seus membros e fornece informações a todos; 6. Intercooperação – atuam juntas umas das outras, somando forças para

um objetivo em comum; 7. Interesse pela comunidade – contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades. (Organização das Cooperativas Brasileiras, 2023).

Além dos princípios, as cooperativas também se valem de valores-chave, sendo eles: autoajuda, conta com os próprios recursos para alcançar seus objetivos; autorresponsabilidade, na qual assume a responsabilidade por seus resultados; democracia, ambiente no qual todos os membros têm direito à participação política da cooperativa; igualdade, representando que os membros não apresentam diferenças entre eles; equidade, permanecendo o senso de justiça e respeito à igualdade de direitos, compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas e solidariedade, e valores éticos, incluindo a honestidade, cuja, qualidade ou caráter de honesto de acordo com preceitos morais socialmente válidos; abertura; responsabilidade social e respeito ao próximo, (The International Co-Operative Alliance [ICA]).

A identidade cooperativa, caracterizada principalmente por seus princípios e valores inspirados em Rochdale Equitable Pioneers Society, reconhecida como a primeira cooperativa moderna no mundo (CANÇADO, et al., 2014), deve ser percebida na prática nas cooperativas e em suas interações com os seus associados e todas as partes interessadas (ICA, 2023). A Lei 5.764/71, traz em seus 117 artigos, características formais e obrigatórias que contribuem para a identidade cooperativa própria, desta maneira diferenciando as cooperativas das organizações tradicionais.

Vale ressaltar que no Brasil, as cooperativas estão organizadas em 7 (sete) ramos de atividades, sendo elas: agropecuária, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços e transporte (OCB, 2023).

Devido as mudanças globais estarem acontecendo em ritmos cada vez mais acelerados, as cooperativas também são impactadas, nos mais diversos segmentos de atuação. Diante de tantas mudanças, pressões do mercado, novas tecnologias entre outras, as cooperativas necessitam adaptar-se a esses cenários para que se mantenham-se competitivas e capazes de cumprir seu propósito ao longo do tempo. Porém, tais mudanças e adaptações, devem acontecer sem que sejam perdidas as suas características essenciais. As mudanças são constantes, porém os seus fundamentos cooperativistas (valores e princípios) devem ser preservados (CANÇADO, 2004).

Ouro-Salim (2020), destaca a importância da identidade cooperativa para o equilíbrio social e econômico das cooperativas, através do crescimento e o alcance dos objetivos comuns. A ACI (2012) em suas Notas de Orientação para os Princípios Cooperativos ressalta que as empresas cooperativas, ao observarem e aplicarem todos os princípios no dia a dia às suas operações, estas serão mais fortes e sustentáveis.

Distinguir-se dos demais modelos de organizações existentes é essencial para a manutenção do movimento cooperativista e cumprir de fato o propósito social e econômico para com os seus cooperados, através da criação de riquezas para seus membros, com a participação ativa de todos, seja pela utilização dos serviços ofertados pela cooperativa, como produtores, consumidores ou trabalhadores (SCHNEIDER, 2006).

Desta forma, por entender que a manutenção da identidade cooperativa é fator preponderante para o cooperativismo e com base nos princípios, valores e o legislação que as rege, este artigo busca propor uma escala para mensurar o grau de identidade cooperativa nas cooperativas no estado de Goiás, registradas no Sistema OCB/GO.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é propor uma escala para mensurar o grau de identidade cooperativa.

A justificativa teórica para este estudo se dá principalmente pela incerteza do quanto as cooperativas do estado de Goiás estão aderentes e mantém a identidade cooperativa prevista na legislação específica perceptível nos seus processos operacionais e nas relações com o seu

cooperado, assim como se há diferenças no grau de intensidade da identidade cooperativa por ramo do cooperativismo, visto que se trata de características específicas deste modelo de negócio.

Quanto às justificativas prática e social, a expectativa é que o resultado deste estudo permita ao Sistema OCB/GO, evidenciar pontos importantes para o desenvolvimento de estratégias e ações que instiguem e incentivem as cooperativas a manterem a identidade cooperativa consistente, de forma a se distinguirem no mercado pelas suas características próprias e fortalecendo ainda mais a cooperativa e a sustentabilidade do negócio ao longo do tempo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História do Cooperativismo

Schneider (2006) apresenta que a abordagem que a cooperação é algo vivenciado pela humanidade desde os primórdios da vida social. Que atividades de cooperação foram evidenciadas por exemplo pelos babilônios que praticavam uma forma de arrendamento de terras com intuito de exploração comunitária. Outros relatos se referem à esboços de cooperativas de consumo onde grupos de pessoas ficavam responsáveis pelo abastecimento de alimentos. Estes seriam alguns exemplos de que a cooperação já é algo experienciado pela humanidade desde a antiguidade.

Costa (2007) alega ainda que apesar de haver indícios de experiências semelhantes a cooperativas e associativas em períodos remotos, estes não podem ser considerados como parte do movimento cooperativista, pois não passam de "manifestações de sociabilidade" que são características natas do homem enquanto originariamente são seres sociáveis. Para ele, a doutrina cooperativista trata-se de um fenômeno moderno, proveniente da classe operária em oposição ao liberalismo econômico Inglês e Francês dos séculos XVIII e XIX.

Desta forma, Cançado (2014) reforça que o cooperativismo surgiu a partir do século XIX ao afirmar que a Cooperativa de Rochdale é reconhecida como a primeira cooperativa moderna, e que antes dela existiram apenas "experiências protocooperativas", algumas sem sucesso. Afirma ainda, que a Cooperativa de Rochdale se destacou principalmente pelo seu processo de constituição, resultado de um planejamento de quase um ano e pelo fato de seus fundadores já possuírem o histórico da busca pela melhoria da qualidade de vida através de outros movimentos políticos ou organizações.

Para Pascuci (2014), as primeiras ideias cooperativistas surgiram no século XIX influenciada pelo pensamento "econômico e social dos chamados socialistas utópicos franceses e ingleses". E, em consonância, para Souza (2014) em 1844, na cidade inglesa de Manchester, 28 (vinte e oito) tecelões se uniram para fundarem a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, surgindo então os "princípios morais e de conduta, um Estatuto Social que estabelecia normas igualitárias e democráticas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa, considerados, até hoje, a base do cooperativismo". Esta cooperativa assemelhava-se a um armazém, com o objetivo de oferecer aos seus membros, itens de necessidade básica e outros serviços. O sucesso da Cooperativa de Rochdale foi inspiração para o movimento cooperativista expandir-se pelo mundo e transformando-a em um símbolo (COSTA, 2007).

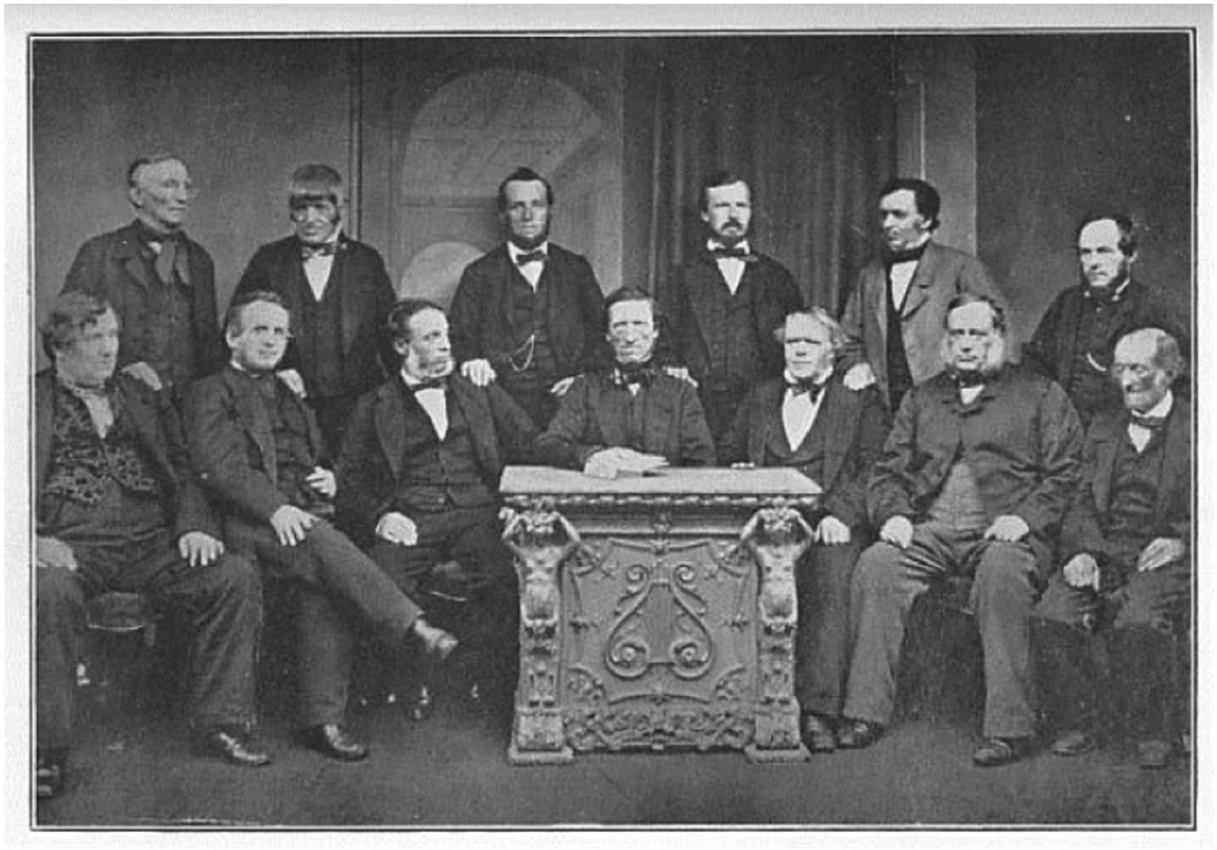

Figura 1: Sociedade dos Pioneiros de Rochdale
Fonte: https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/ acesso em 01/06/2023.

Figura 2: Sociedade dos Pioneiro de Rochdale – Loja
Fonte: https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/ acesso em 01/06/2023.

No contexto brasileiro, de acordo com Souza (2014), o movimento cooperativista, foi trazido por Jean Maurice Faivre, médico francês, que fundou uma colônia no interior do estado do Paraná, em 1847. Colônia esta, que foi denominada de Colônia Tereza Cristina, na qual se pautava no trabalho em grupo e a divisão de seus resultados, alicerçado no modelo socialista francês Chaires Fourier.

Para Klein (2009), apesar de haver diversas experiências cooperativistas ao longo do tempo no Brasil, a primeira cooperativa reconhecida pela doutrina foi a Caixa Rural Raiffasen, fundada em 1902 pelo padre Jesuíta Theodor Amistad.

Ainda, Klein (2009), relata que em dezembro de 1971, foi promulgada a Lei 5.764, constituindo assim o "principal pilar legal do cooperativismo brasileiro", assim como o Código Civil, incorporou algumas alterações na legislação das sociedades cooperativas.

2.2 Identidade Cooperativa

Klein (2009), ressalta que o desenvolvimento do cooperativismo alcançou o seu ápice no século XVIII, tornando-se um "verdadeiro modelo econômico", destarte surge a necessidade de estabelecer padrões de conduta para regulação destas sociedades e de seus cooperados. Constituindo uma forma de organização interna das cooperativas, denominando-as de Princípios Cooperativos.

De acordo com Pascuci (2014), o cooperativismo se edifica sobre os valores da liberdade, solidariedade e equidade e que estes valores existem desde Rochdale, que inspiraram os fundamentos da atividade cooperativista acerca do mundo.

Costa (2007), suplementa afirmando que, Rochdale inspirou o movimento cooperativista pelo mundo e que seus valores e princípios são adotados até os dias atuais, tendo havido apenas algumas pequenas mudanças ao longo do tempo. Sendo os valores originais: solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência; e os princípios: adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, preocupação com a comunidade.

Em agosto de 1895, em Londres, Inglaterra, aconteceu o 1º Congresso Cooperativo, na ocasião foi estabelecida a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, estabelecido como um órgão de representação global do cooperativismo, com o objetivo de definir e defender os Princípios Cooperativos e desenvolver o comércio internacional. (ACI, 2023). Estiveram presentes delegados de cooperativas da Argentina, Austrália, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, França, Alemanha, Holanda, Índia, Itália, Suíça, Sérvia e EUA.

A ACI é desde então a organização máxima das cooperativas em nível mundial, e, é a "guardiã" dos valores e princípios cooperativistas (ACI, 2012), respeitados desde a sua origem com os princípios definidos pela Cooperativa de Rochdale.

Tais princípios passaram por algumas pequenas adaptações ao longo do tempo, apenas três vezes: em 1937 pelos membros da Aliança no Congresso de Paris, em 1966 no Congresso de Viena e em 1995 em Manchester. E mesmo que tenham ocorrido tais reformulações a essência foi mantida (ACI, 2012), conforme demonstrado no quadro 1.

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	**Congressos da Aliança Cooperativa Internacional**		
	1937 (Paris)	**1966 (Viena)**	**1995 (Manchester)**
1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno Pro Rata das	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial	1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática

Operações 4. Juro Limitado ao Capital Investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global	1. Adesão Aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno pro-rata das Operações 4. Juros Limitados ao Capital b) Métodos Essenciais de Ação e Organização 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa.	e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-rata das operações 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Intercooperação 7. Preocupação com a Comunidade

Quadro 1: Evolução dos Princípios Cooperativistas segundo a Aliança Cooperativa Internacional
Fonte: Cançado (2014).

Desta forma, a ACI em 2012 elaborou documento que serve como diretriz para as cooperativas e as entidades de representação do cooperativismo, denominado de Notas de Orientação para os Princípios Cooperativos que traz declara e explica os princípios cooperativistas:

Os princípios cooperativos são diretrizes pelas quais as cooperativas colocam seus valores em prática, conforme observado no quadro 2.

1. Associação Voluntária e Aberta	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de membresia, sem discriminação de género, social, racial, política ou religiosa.
2. Controle de Membros Democráticos	As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na definição das suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres servindo como representantes eleitos são responsáveis perante os membros. Nas cooperativas primárias, os membros têm direitos iguais de voto (um membro, um voto) e as cooperativas de outros níveis também são organizadas de forma democrática.
3. Participação Econômica dos Membros	Os membros contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital da sua cooperativa. Pelo menos parte desse capital é normalmente propriedade comum da cooperativa. Os membros geralmente recebem remuneração limitada, se houver, sobre o capital subscrito como condição de associação. Os membros destinam os excedentes para uma ou todas as seguintes finalidades: desenvolver a sua cooperativa, eventualmente através da constituição de reservas, das quais pelo menos uma parte seria indivisível; beneficiando os associados na proporção de suas transações com a cooperativa; e apoiar outras atividades aprovadas pelos membros.
4. Autonomia e Independência	As cooperativas são organizações autônomas de autoajuda controladas por seus membros. Se firmam acordos com outras

	organizações, incluindo governos, ou levantam capital de fontes externas, o fazem em termos que asseguram o controle democrático por seus membros e mantêm sua autonomia cooperativa.
5. Educação, Treinamento e Informação	As cooperativas fornecem educação e treinamento para seus membros, representantes eleitos, gerentes e funcionários para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral - especialmente os jovens e os líderes de opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
6. Cooperação entre Cooperativas	As cooperativas servem os seus membros de forma mais eficaz e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando em conjunto através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
7. Preocupação com a Comunidade	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por seus associados.

Quadro 2: 7 Princípios do Cooperativismo
Fonte: Notas de Orientação para os Princípios Cooperativos

Conforme Cançado (2014), a Lei 5.764/1971 regula o movimento cooperativista brasileiro, atendendo aos princípios cooperativistas, com exceção de dois deles que foram considerados após a sua promulgação, mais precisamente em 1995 no Congresso da ACI que incluiu os princípios de "Autonomia e Independência" e "Preocupação com a Comunidade". Porém, a Constituição de 1988, atualizou alguns pontos desta Lei, considerando o princípio de da Autonomia e Independência antes que estes fossem considerados pela ACI.

Ainda, Cançado (2014), ressalta que apesar da dicotomia entre os princípios cooperativistas e a inserção das cooperativas no mercado, torna-se de grande importância a manutenção dos princípios cooperativistas, visto que a aproximação das cooperativas com o mercado amplia o seu potencial competitivo, podendo de forma equivocada, inibir outras possibilidades inerentes à natureza da organização cooperativa.

Bialoskorki Neto (2002) diz que "as organizações cooperativas, para cumprir com as exigências de mercado, também estão passando por algumas importantes transformações que visam à obtenção de maior grau de eficiência econômica e de posicionamento". Pascuci (2014), ressalta que a aproximação das cooperativas com o mercado tem ocasionado um distanciamento dos princípios cooperativistas de forma negligenciada e restringindo-se principalmente às características legais.

Ademais Pascuci (2014), destaca a importância da atenção e manutenção aos princípios cooperativistas de forma a minimizar possíveis conflitos de interesses, que possam causar desequilíbrios entre os aspectos econômicos e sociais.

Ao se negligenciar a identidade cooperativista, perde-se o propósito do movimento, visto que as características definidas através seus princípios são o que torna o cooperativismo um modelo econômico diferente dos modelos econômicos tradicionais, por ter em sua essência a preocupação com o equilíbrio entre social, econômico, a gestão democrática, a educação continuada dos cooperados. Ao se ignorar princípios tão valiosos, o cooperativismo torna-se mera organização mercantil pautada unicamente no lucro financeiro.

3 METODOLOGIA

Para Mendes (2017), pesquisa é a busca de verdades e conhecimentos, novos ou não. Trata-se de um procedimento que requer metodologia e investigação que busquem conhecimentos, respostas ou soluções específicas e com técnicas apropriadas.

A metodologia é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica (MARTINS, 2004). Desta forma, é entendida como um conhecimento crítico do processo científico, capaz de se indagar e questionar os limites e possibilidades.

Desta forma, para o referido estudo foram utilizadas as combinações das metodologias de pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica, pelas possibilidades de investigação que as metodologias permitem, como a profundidade da compreensão do tema, utilizando-se de pesquisas já produzidas.

Foram utilizados como referência o instrumento de avaliação da Identidade Cooperativa de autoria do Sistema OCB, denominado de "Diagnóstico da Identidade Cooperativa 2.0", o qual foi utilizado até o ano de 2021. Tal instrumento é composto por 70 variáveis distribuídas em blocos, entre os temas:

Bloco	**Tema**
Bloco 1	Estatuto Social
Bloco 2	Conformidade dos Registros de Matrícula
Bloco 3	Conformidade do Livro de Atas da Assembleia Geral
Sub-bloco 3.1	Conformidade dos temas das Atas da Assembleia Geral Ordinária
Sub-bloco 3.2	Conformidade das Atas de Eleição do Órgão de Administração e Conselho Fiscal
Bloco 4	Conformidade dos Registros do Órgão de Administração e Conselho Fiscal
Bloco 5	Conformidade da Contabilidade Cooperativista

Quadro 3: Elaborado pelos autores
Fonte: Diagnóstico Identidade Cooperativa 2.0 (OCB/GO, 2023)

Importante ressaltar que o foco do referido instrumento é avaliar a conformidade legal da cooperativa, quanto ao atendimento aos quesitos da Lei 5.764 e que a conclusão da avaliação das variáveis tem como resultado um indicador denominado "Índice Geral de Conformidade Cooperativista – IGCC". Como alternativas de respostas são apresentadas as opções "Está Conforme", utilizada quando a cooperativa possuir evidências de atendimento à totalidade dos critérios abordados na variável; "Existe Oportunidade de Melhoria", utilizada quando a cooperativa apresentar evidências de que atende em parte do critério avaliado havendo uma lacuna para melhorias; "Não se aplica" utilizada para questões que abordem temas não aderentes à determinada realidade da cooperativa e que não pode ser confundido com questões em que a cooperativa simplesmente não adota nenhuma ação para a questão.

Por se tratar essencialmente de um instrumento para avaliação da legalidade perante a legislação vigente, entendemos que alguns aspectos da Identidade Cooperativa foram negligenciados e diversas variáveis retratam questões de controle interno da cooperativa e que não colaboram para a evidenciação da Identidade Cooperativa. Ressaltamos que tais controles e registros internos são extremamente importantes, porém entendemos que não cumprem o papel de evidenciar e manter a Identidade Cooperativa, pautada nos princípios que norteiam e dão força para o movimento cooperativista.

Desta forma, este trabalho foi realizado para a partir da seleção/adaptação de algumas variáveis utilizadas pelo "Diagnóstico de Identidade Cooperativa 2.0" e inclusão de novas, e a partir destas novas variáveis, propor um modelo que permita evidenciar as formas como as cooperativas mantém a Identidade Cooperativa. Quais sejam:

Princípios Cooperativistas	**Proposta**
Adesão Livre e Voluntária	1. A cooperativa permite a adesão de novos cooperados considerando os objetivos comuns e sem discriminação de qualquer natureza? 2. As condições de Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão de cooperados estão definidos no estatuto, de forma compatível com a

	legislação e que permita a liberdade em manter-se ou desligar-se da cooperativa?
Gestão Democrática	3. A cooperativa possui práticas 4. As normas para a representação dos associados na Assembleia Geral estão definidas no estatuto, de forma compatível com a legislação? 5. Há práticas para estimular a participação dos cooperados nas Assembleias?
Participação econômica dos membros	6. As normas e valores relacionados a subscrição e devolução capital do cooperado estão definidos no estatuto, de forma clara e objetiva e compatível com a legislação? 7. As formas de distribuição de sobras e rateio de perdas estão definidas no estatuto de forma clara e objetiva e compatível com a legislação?
Autonomia e independência	8. A cooperativa possui o estatuto social definido, contendo informações gerais, claras e objetivas? 9. A cooperativa possui regimento interno definido?
Educação, formação e informação	10. A cooperativa possui estratégias para promover a educação cooperativista aos seu quadro social e colaboradores? 11. A cooperativa adota práticas periódicas para difundir os direitos e deveres dos cooperados e a natureza de suas responsabilidades, além do estatuto? 12. As pautas discutidas e deliberadas nas Assembleias Gerais são registradas em Ata e estão à disposição do seu quadro social? 13. A cooperativa possui práticas para a disseminação de informações aos cooperados, complementares às exigidas por lei?
Intercooperação	14. A cooperativa busca identificar oportunidades de negócios com outras cooperativas, de forma que contribua com o desenvolvimento de todas as envolvidas? 15. A cooperativa contribui para o desenvolvimento de outras cooperativas da sua região?
Interesse pela Comunidade	16. A cooperativa desenvolve ações e/ou projetos sociais? 17. A cooperativa analisa os impactos do seu negócio na sociedade (positivos/negativos) e atua para minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos?

Quadro 4 – Proposta de variáveis para verificar a Identidade Cooperativa
Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as)

Para cada variável haverá 3 alternativas de resposta: "Não atende", "Atende parcialmente" e "Atende totalmente" e serão pontuadas com os valores 0, 1 e 2 respectivamente. Estes valores correspondem aos pesos atribuídos a cada alternativa de resposta que irá compor um indicador do grau de Identidade Cooperativa.

4. CONCLUSÃO

Há uma preocupação comum entre autores quanto à necessidade de se ter maior atenção aos aspectos da manutenção da Identidade Cooperativa (Cançado, 2014; Pascuci, 2014; Júnior e Teixeira, 2019; ACI, 2023). Com o crescimento e relevância do movimento cooperativista no aspecto global, as cooperativas por sua vez, também têm crescido consideravelmente, tornando-se cada vez mais competitivas e sujeitas às tendências do mercado. Assim, por vezes deixando de lado aspectos importantes dos princípios e valores que as norteiam (ACI, 2023). Amoedo (2006), destaca que a gestão da cooperativa deve atentar-se para garantir o equilíbrio entre o lado empresarial e o lado social que possibilite a gestão democrática. Há nas cooperativas uma lacuna entre os princípios cooperativistas e suas ações, sendo necessário aprofundar nos aspectos da identidade cooperativa alinhada à gestão (Dal Ri, 2010).

Desta forma, torna-se desafio constante para as cooperativas, adaptarem-se às tendências mercadológicas que garantam sua competitividade e permanência no mercado, sem que percam as características próprias do cooperativismo, que as tornam um modelo de negócio tão diferenciado.

A observância aos 7 Princípios do Cooperativismo deve estar interiorizada e perceptível nos processos realizados pela cooperativa, em cada colaborador, dirigente e principalmente, deve ser percebido pelo cooperado e pelo mercado, como uma organização diferenciada, com propósitos fortes e compromissos valorosos.

Entendemos que as variáveis aqui propostas, são suficientes para que a cooperativa possa refletir sobre a importância da manutenção e preservação da Identidade Cooperativa para a sustentabilidade do negócio e competitividade. Assim como se preocupem em implementar práticas capazes de evidenciar cada um dos princípios cooperativas, devendo acompanhar a evolução e crescimento da cooperativa. Estas práticas devem ser constantemente revisadas e atualizadas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMODEO, N. B. P. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: AMODEO, N. B. P; ALIMONDA, H. (Orgs) Ruralidades: capacitação e desenvolvimento. Viçosa: Ed. UFV, 2006, p.151-176.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002.

CANÇADO, Airton Cardoso; GONTIJO, Mário César Hamdan. Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influência na legislação brasileira. Encontro de Investigadores Latino-Americano de Cooperativismo, v. 3, 2004.

CANÇADO, Airton Cardoso; SOUZA, Maria de Fátima Arruda; PEREIRA, José Roberto. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, v. 1, n. 2, p. 51-62, 2014.

DAL RI, N. M. (Ed.). (2010). Trabalho associado, Economia solidária e mudança social na América Latina. Editora Oficina Universitária.

DE SOUZA COSTA, Luciano. O cooperativismo: uma reflexão teórica. Revista Ciências Sociais em Perspectiva, v. 6, n. 11, p. 55-64, 2007.

KLEIN, Fabrício José. Adequado tratamento tributário do ato cooperativo. Revista da FESDT Porto Alegre v, v. 2, n. 1, p. 7-45.

LAZZARINI, S. G., Bialoskorski Neto, S., & Chaddad, F. R.. (1999). Decisões financeiras em cooperativas: fontes de ineficiência e possíveis soluções. Gestão & Produção, 6(Gest. Prod., 1999 6(3)). https://doi.org/10.1590/S0104-530X1999000300010

MALANSKI, L. K. (2021). Estrutura de Capital em Cooperativas Agrícolas do Paraná. Revista de Administração FACES Journal.

MENDES, Eber da Cunha. Métodos e técnicas de pesquisa / Eber da Cunha Mendes. – Serra, ES: Centro de Ensino Superior Fabra, 2016. 168 p.: il.

Organização das Cooperativas Brasileiras. Acesso em junho de 2023. https://somoscooperativismo.coop.br

PASCUCI, Lucilaine; ARRUDA LORENZI, A. Guilherme; CASTRO, Silvio Cesar de. Princípios cooperativistas e os conflitos de interesse: em estudo comparativo. Revista Eletrônica Estácio Papirus, v. 1, n. 1, 2014.

SALIM, Omar Ouro et al. Crise de identidade no cooperativismo: um estudo de caso na cooperativa agropecuária de Catalão. 2018.

SCHNEIDER, Edson Pedro. Cooperativismo de crédito: organização sistêmica: ênfase no Sistema SICREDI. 2006.

SCHNEIDER, José Odelso; HENDGES, Margot. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. Economia Solidária e Ação Cooperativa, v. 1, n. 1, p. 33-48, 2006.

The International Co-Operative Alliance. (n.d.). Acesso em junho de 2023, https://www.ica.coop/en